

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

José Alves¹

bairral@hotmail.com

André Singer possui formação pela Universidade de São Paulo (USP), onde cursou Ciências Sociais (1980) e Jornalismo (1986), bem como realizou seus estudos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado, doutorado e livre-docência em Ciência Política, respectivamente, em 1993, 1998 e 2011².

O livro resenhado é resultado da tese de livre-docência defendida junto ao Departamento de Ciências Políticas da USP, em setembro de 2011.

A obra apresenta a reflexão de quem esteve próximo do presidente Lula em um importante momento: a chegada do primeiro trabalhador ao Executivo, momento este denominado por Singer de “Lulismo”. Sua questão inicial parte do entendimento de quais os sentidos do lulismo no período em que o Brasil esteve, diretamente, sob sua orientação. Outra questão norteadora passa pelos sentidos das mudanças no direcionamento do comando do país de um “reformismo forte” (base do Partido dos Trabalhadores, antes das eleições de 2002) para um “reformismo fraco” (especialmente após o segundo mandato – 2006/2010, com o surgimento do lulismo).

Destaca o autor que o “realinhamento” político teria permitido um “novo” ator, também político, que respaldaria o lulismo, ou seja, o olhar sobre uma fração de classe, o subproletariado, “uma fração de classe com importante peso eleitoral, provocou o surgimento do lulismo”. Assim, tem como foco que “o realinhamento provocou uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária”, pois argumenta Singer “que o lulismo faz uma rearticulação ideológica, que tira a centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres”.

¹ Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC); doutorando em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT); Bolsista Prodoutoral/CAPES no período de março de 2010 a agosto de 2011.

² Sua experiência acadêmica respalda-se em comportamento eleitoral e teoria política moderna, tanto com ações na pesquisa como no ensino enquanto professor associado da Universidade de São Paulo. Além disso, atuou no período de 1987-1988 como secretário de redação da Folha de São Paulo e como secretário Porta-voz da Presidência da República, entre 2003 e 2007, durante os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O realinhamento político se daria uma vez que o lulismo foi capaz de formar um “bloco de poder novo”, que poderia influir decisivamente na luta de classes, ainda mais o “subproletariado apresentando-se na cena política como massa”, mas que tivesse seus anseios representados. Nas palavras de Singer constitui-se “um Estado capaz de ajudar os mais pobres *sem* confrontar a ordem”, o que acabou dando o suporte eleitoral para Lula e mantendo o lulismo com a presidenta Dilma Rousseff.

O livro encontra-se organizado em sete partes, sendo: Introdução: alguns temas da questão setentrional; Capítulo 01 - Raízes sociais e ideológicas do lulismo; Capítulo 02 - A segunda alma do Partido dos Trabalhadores; Capítulo 03 - O sonho *rooseveltiano* do segundo mandato; Capítulo 04 - Será o lulismo um reformismo fraco?; Apêndice, com tabelas e quadros; Posfácio - No meio do caminho uma pedra (versão do memorial de livre-docência com a trajetória de reflexão sobre o tema).

Na introdução, o autor parte da questão de como a trajetória do lulismo incidirá sobre as contradições do capitalismo brasileiro, bem como procura refletir se abrirá caminhos para transformações significativas, dentre elas a redução da pobreza e o peso do subproletariado no novo bloco de poder em andamento. Singer considera o realinhamento eleitoral de 2006, no qual o subproletariado desloca-se para o lulismo, o que “significa a *mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular no Nordeste*” (grifo no original). Esta fração de classe teria se desligado das classes dominantes em 2006, o que até então constatava o fato dessa fração ser explorada eleitoralmente, dando à burguesia uma espécie de supremacia sobre a classe trabalhadora. Portanto, o lulismo teria gerado uma ruptura da articulação do subproletariado à “classe média tradicional”, à direita, pois ao descolar esta fração da burguesia abriram-se possibilidades inéditas, como um “reformismo lento”.

Já no primeiro capítulo (artigo anteriormente publicado em *Novos Estudos*, nº 85) discute-se as raízes sociais e ideológicas do lulismo, com enfoque para um deslocamento silencioso dos eleitores de baixa renda para o candidato Lula em 2002. Até então, com base em dados sobre os estratos de renda e posição política dos votos entre PT e PSDB, sua análise evidenciava que “a base social de Lula e do PT expressava a esquerda numa sociedade cuja metade mais pobre pendia para a direita”, mas quando Lula assumiu o governo, consegue uma “adesão plena do segmento de classe que buscava desde 1989, deixando de contar, porém, com o apoio que sempre tivera na classe média”. Essa é uma hipótese defendida pelo autor.

As bases materiais desse novo perfil de votos teria ocorrido com ações de governo em programas e medidas - como o Programa Bolsa Família - que não colocavam em xeque, tampouco em confronto direto com o capital, mas tivera influência nos votos recebidos por Lula

em 2006. Destaca a importância do tripé formado pelo Bolsa Família, pela recuperação do salário mínimo, expansão do crédito e outros programas que começaram a ter influência sobre a redução da “pobreza monetária”, a partir de 2004.

Mesmo considerando a ortodoxia do primeiro mandato de Lula, com a “Carta ao Povo Brasileiro” (que para nós foi uma mensagem direta aos capitais que a política macroeconômica seguiria os rumos do governo anterior), houve “o pulo do gato de Lula” ao construir políticas de promoção do mercado interno destinado aos mais pobres, que junto com a manutenção da estabilidade econômica permitiu realizar “um completo programa de classe, ou fração de classe”, como Singer denomina o subproletariado³. Fica para reflexão se ações de inclusão dos mais pobres no mercado de consumo de massa representaria um programa para a classe trabalhadora. Ao nosso ver, isso é, no mínimo, um reducionismo da perspectiva de classe.

O capítulo 2, “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores” (originalmente publicado em *Novos Estudos*, nº 88), Singer enfoca a problemática em torno do que chama de as duas “almas do PT” com o lulismo, ou seja, o “espírito do Sion” e o “espírito do Anhembi”, com a irrupção da segunda alma do PT via a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, em 22 de junho de 2002.

Com a questão norteadora se o PT ainda seria um partido de esquerda, desenvolve-se a argumentação de que na sua trajetória prevaleceu a conexão entre classe e postura radical até a campanha presidencial de 2002, quando emerge a “segunda alma”, que se tornando dominante confrontou-se e “arquivou” o radicalismo de origem, ou seja, o “espírito do Sion” (fundação em 1978). No lulismo teria ocorrido um processo de popularização do partido, e por fim, mesmo com o reforço da segunda alma pela popularização conseguida, o partido ainda manteria sua ala de esquerda, completa Singer. A hipótese debatida mostra que, de um lado, o realinhamento eleitoral ocorrido entre 2002 e 2006 fez surgir um novo “partido dos pobres” e, de outro, a história do PT de uma rara conexão entre classe e ideologia radical, constituiu a alma que ainda influencia o PT. Portanto, os governos Lula teriam representado uma síntese dessas duas almas - políticas que beneficiam o capital e que realiza a inclusão dos mais pobres.

No terceiro capítulo, “O sonho *rooseveltiano* do segundo mandato”, o autor desenvolve a argumentação de que se a hipótese do realinhamento eleitoral se confirmava, o sonho *rooseveltiano* tornar-se-á o marco regulatório da política brasileira por um longo período, sendo esta alcançada

³ Este conceito, respaldado em Paul Singer, teria como articulador aqueles que oferecem sua força de trabalho no mercado, mas não têm como retorno uma remuneração que assegure sua reprodução em condições encontradas pela “classe trabalhadora organizada”, já que nesta fração “estão os empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” – uma fração de classe difícil de organizar, segundo o autor, a não ser que seja feito por cima, papel que o lulismo cumpriu.

em 2007 com a aceleração do crescimento, a geração de emprego, valorização do mercado interno, os mecanismos alternativos de combate à pobreza, pois um fato para o autor é que “o lulismo introduziu o *New Deal* no imaginário nacional, funcionando como sintoma ideológico”.

Neste momento do livro, Singer lança questões sobre quais forças sociais e políticas estariam a favor de diminuir a pobreza e a desigualdade, bem como quais classes e partidos estariam comprometidos com este projeto; questões que desafiam o autor à reflexão das bases materiais e políticas da agenda do lulismo nos dois mandatos presidenciais, no período de 2003-2010.

Uma primeira constatação seria de que a pobreza monetária apresentou redução, mesmo que isso não tenha significado sua eliminação e a redução das desigualdades que também não ocorreu. Essa redução já apresenta alterações para a parcela mais pobre do Brasil, seja por meio do Bolsa Família, do crescimento da oferta de emprego, do valor do salário mínimo e do acesso ao crédito, destaca Singer. Um imbróglio na análise dos dados refere-se à quantificação da pobreza com a faixa de renda domiciliar em estratos, com as tipologias de classe A, B, C, D etc., que piora ainda mais quando esta é definida como “classe média”, “nova classe média”, quando a mesma aparece como “classe trabalhadora”.

Isso porque um número crescente de cidadãos está transitando a um nível de renda e consumo que os afasta da chamada “classe baixa”, dos “pobres”. Estaria em formação “um novo proletariado” (conceito de Juarez Guimarães), questiona-se o autor, pois “a grande maioria dos empregos gerados no governo Lula oferecia baixa remuneração (90% dos novos empregos formais nos últimos anos pagam até três salários mínimos)”, sendo formados por proletários mais que “membros de uma classe média emergente”. Em suma, destaca dois processos concomitantes: “a redução da pobreza e a expansão do estrato intermediário de renda”, ambos relacionados com a diminuição e não a superação da desigualdade no Brasil, pois há também um aumento na população daqueles considerados como mais ricos, que “também estejam ficando mais ricos”. Estes dois pontos, ao nosso ver, merecem uma atenção especial na leitura do livro em foco, já que não podemos confundir melhoria nos padrões de consumo como mudança de classe; ou os trabalhadores deixaram de ser tais sujeitos sociais por serem enquadrados em tipologias reacionárias de entendimento da realidade?

Ainda neste capítulo, Singer analisa as mudanças do segundo mandato, pois tomando como referência os oito anos de governo Lula, identifica que aconteceram modificações na chamada “economia política do lulismo”. Em uma primeira fase (2003-2005), destaca-se o pacote neoliberal para estabilizar a economia e manter o pacto assumido com o capital, já que priorizou-se o pacto com o atendimento das condições impostas pela classe dominante.

Concomitantemente, medidas foram estabelecidas em outra direção para atender aos mais pobres, como o aumento da transferência de renda (Bolsa Família), aumento do financiamento popular (crédito consignado), e a valorização do salário mínimo, a partir de maio de 2005. A outra fase se deu a partir de 2006, com Guido Mantega no cargo de Ministro da Fazenda, “favorecendo a química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”, o que caracterizou o segundo mandato. Nesta fase um ponto crucial, para Singer, foi a valorização continuada do salário mínimo. Além disso, teve também o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (janeiro de 2007), possibilitando recursos para o aumento do investimento público (de 0,4% do PIB em 2003 para 0,7% entre 2006 e 2008), bem como estimulou o investimento privado em infraestrutura, junto ao Estado indutor. A terceira fase se dá com a crise de 2008, sendo que no Brasil Lula ampliou o consumo popular via aumento do salário mínimo, transferência de renda, desonerações fiscais e alongamento do crédito, além do Programa Minha Casa, Minha Vida, considerado o símbolo desta fase.

Essas fases colocam à luz um ponto central para o autor: “a massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada começava a ser absorvida no circuito econômico formal, e, tudo isso sem confronto com o capital”! Este é um outro nó na leitura do livro, pois o entendimento do mercado como salvador da pátria só pode ser entendido em uma interpretação atrelada ao conservadorismo burguês, no qual o mercado resolveria os problemas sociais (via consumo), tirando de cena a luta de classes como motor da história e da emancipação do trabalho, o que só ocorre no conflito com o capital!

Parece que a análise segue nessa linha, pois Singer demonstra que a eleição da presidenta Dilma Rousseff (em 31 de outubro de 2010) representou a sobrevivência do lulismo, ainda mais com a defesa da plataforma de interesse da “base social subproletária”, ou seja, “seguir com o aumento dos postos de trabalho e da capacidade de consumo sem confronto com o capital”. Isso significa que a consolidação do lulismo implica no “reordenamento das relações de classe” com soluções que criam, simultaneamente, uma despolarização e uma repolarização da política, estando o Executivo arbitrando nos conflitos de classe, “juiz de seus conflitos”. Ou seja, de modo mais direto, sob o lulismo o Executivo como juiz usaria seu apito amigo. Cabe-nos questionar em prol de qual projeto de sociedade se toma partido?

É nesse contexto que Singer afirma: “*a política lulista é a de encontrar a cada conjuntura os pontos de equilíbrio entre os fatores*” (capital e trabalho), de modo que lança a hipótese da arbitragem, na qual o Executivo não adota o controle de capitais, já que “o projeto lulista não é o de *resolver* as contradições em favor de uma das coalizões, e sim mantê-las em relativo equilíbrio, cujo patamar

é determinado pela necessidade de favorecer o subproletariado com crescimento médio e inflação baixa”.

No capítulo 4, algumas questões são lançadas para compreender se o lulismo constitui-se em um “reformismo fraco” e que transformações acarretarão para a sociedade brasileira se mantiver sua permanência. Como já dito, com a presidenta Dilma o lulismo se firma para além dos governos de Lula, pois permaneceu a vigência do realinhamento de que as faixas de renda mais baixas teriam votado em Dilma, assim como houve uma significativa participação do Nordeste brasileiro apoiando-a eleitoralmente (mais de 40 pontos percentuais de diferença sobre Serra no segundo turno). Portanto, “o lulismo fincou raízes nas regiões pobres do Brasil (Norte e Nordeste)”, afirma Singer⁴.

Mas o que aconteceu foi um projeto vinculado a “arbitragem” entre capital e trabalho, de modo a não ter transformações radicais e um conjunto de políticas voltadas para a redução das desigualdades, e não a sua superação, pois o ataque à pobreza extrema foi insuficiente para tirar o Brasil do quadro dos países mais desiguais do mundo.

Para Singer (2010, p. 189):

O projeto de combate à pobreza acabou por se firmar sobre quatro pilares: transferência de renda para os mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo, tudo isso resultando em aumento do emprego formal. Se discernirmos com isenção, percebemos que são, de forma atenuada, as mesmas propostas do ‘reformismo forte’, porém em versão homeopática, diluídas em altas doses de excipiente, para não causar confronto.

Portanto, o tratamento homeopático e o pacto e alianças para que a “arbitragem” se mantivesse em foco em relação à governabilidade, mesmo que com ações para a redução da pobreza extrema, permitem ao autor falar no sentido conservador do lulismo, ou seja, seu reformismo fraco. Se o reformismo fraco teria condições de dar conta das contradições impostas pela formação do país, o autor demonstra que mesmo com o “fracasso do reformismo forte” no Brasil há um relativismo nisso, tendo em vista que este influenciou a Constituição de 1988 e legou mecanismos e ações para o “reformismo fraco”, o qual “não é o avesso do reformismo forte, e sim a sua diluição”. Além disso, houve uma inserção de ampla massa de excluídos à

⁴ Essa continuidade do lulismo expressa um “reformismo fraco” em detrimento “de um reformismo forte”, conforme os preceitos socialistas do PT, com políticas como a distribuição de terras e enfrentamento ao latifúndio, tributação do patrimônio das grandes empresas e fortunas dos mais ricos, bem como diminuição da jornada de trabalho sem corte de salários, revisão das privatizações, ou seja, uma série de mudanças estruturais mais fortes do que as adotadas pelo lulismo com o realinhamento.

ordem capitalista, a vasta fração subproletária, mesmo que para isso o lulismo tenha “empurrado os conflitos capital/trabalho para o fundo da cena”.

Aqui Singer assume uma retórica que expressa o ditado popular “mudar para manter”, enquanto se acredita no papel humanizador do capital. Isso nos permite questionar se com os reflexos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho, se o tal reformismo fraco conseguiria “proteger o trabalho da tirania do mercado”. Uma reflexão branda que não permite avançar nas tramas da relação capital X trabalho. Como exemplo, sob o governo Lula ocorreu a criação de 10,5 milhões de postos de trabalho formais, mas mesmo tendo sido criados com a “proteção da lei” são empregos precarizados, calcados na superexploração do trabalho como no *telemarketing*, ou na construção civil. Assim, “o lulismo aceita certa ‘flexibilização’, na prática, das condições de trabalho”. Mas como o conflito não está, junto com a poeira, sob o tapete, “pipocaram” no segundo mandato de Lula, e seguiram no governo Dilma, grandes greves e revoltas em obras do PAC, como nas usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, localizadas na Amazônia brasileira, para ficarmos só nesses casos e não esquecermos que o Estado não humaniza e nem doma o capital.

Mas, para Singer, “é melhor pingar do que secar”, pois tendo em vista as condições do subproletariado no Brasil, o “reformismo lento” seria “rápido”, ao contrário do ponto de vista da totalidade da classe trabalhadora⁵.

Seu entendimento é de que o lulismo tendo um pertencimento de classe específico com a diminuição da pobreza e não da desigualdade, sustentados pelo subproletariado, atua em prol do equilíbrio de classe (proletariado e capital), já que a arbitragem age para que nenhuma das classes obtenha força para realizar seu desígnio: nem o reformismo forte e nem o neoliberalismo. Seria isso a supressão do conflito na visão de Singer⁶?

Outro ponto a se questionar na análise de Singer refere-se ao fato de que na sua interpretação da não centralidade de classe sob o lulismo se daria, pois “saem burgueses e proletários; entram ricos e pobres”, ou seja, com o realinhamento teria ocorrido uma polarização

⁵ Vejamos o poder da retórica a respeito: “Para quem está se libertando do inferno do desemprego, a precariedade com carteira assinada é um patamar superior, ainda que prenhe de novas contradições, como as revoltas nas grandes hidrelétricas em construção – Jirau, Santo Antônio e Belo Monte – explicitam. Em suma, o reformismo fraco, por ser fraco, implica ritmo tão lento que, por vezes, parece apenas eternizar a desigualdade. [...] Mas o fato de ser reformismo provoca mudanças expressivas onde o atraso deixava a pobreza intocada. Por isso, não deve ser confundido nem com o reformismo forte, que ele arquivou por quem sabe quanto tempo, nem com o neoliberalismo, que ele breçou, abrindo processo de transformação no outro sentido” (p. 199-200).

⁶ “No lulismo, pagam-se altos juros aos donos do dinheiro e ao *mesmo tempo* aumenta-se a transferência de renda para os mais pobres. Remunera-se o capital especulativo internacional e se subsidiam as empresas industriais prejudicadas pelo câmbio sobrevalorizado. Aumenta-se o salário mínimo e se contém aumento sobrevalorizado. Aumenta-se o salário mínimo e se contém o aumento de preços com produtos importados. Financia-se, simultaneamente, o agronegócio e a agricultura familiar” (SINGER, 2002).

entre ricos e pobres que substituiu a antiga polarização entre direita e esquerda, que representava a luta de classes antes de 2002.

Portanto, diante do exposto, além das inquietações postas, vale ressaltar o desafio de compreender como desenvolverá as ações e o desenho do capitalismo brasileiro sob o lulismo. Acreditamos não ser o caminho o mascaramento da leitura de classe e a ausência do conflito. Isso porque, se estaríamos diante de uma nova fração de classe, um “novo subproletariado” – como defender Singer - nos questionamos qual o seu peso nos processos de luta e embates no contexto do capitalismo brasileiro atual?

Muitas pesquisas necessitam ser feitas nessa direção para entendermos as contradições da luta de classe sob o novo desenvolvimentismo do lulismo e a construção de um projeto de emancipação da classe trabalhadora, que longe de ser entendido no contexto da “arbitragem”, deve ser analisado no contexto dos conflitos, das lutas de classes e em suas dimensões territoriais. Portanto, a obra em questão de André Singer nos chama ao debate e nos exige o uso de métodos e conceitos que permitam visualizar sob o lulismo e a sua face do novo desenvolvimentismo os processos e conflitos que a “arbitragem” não eliminou ou silenciou. Ao contrário, é pela centralidade do trabalho e suas expressões territoriais que podemos compreender os impactos desses processos na sociedade brasileira no momento atual.